

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.987 - PA (2019/0313968-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **HAMILTON RIBAMAR GUALBERTO**  
**ADVOGADO** : **HAMILTON RIBAMAR GUALBERTO (EM CAUSA PRÓPRIA) -**  
**PA001340**  
**RECORRIDO** : **CONDOMINIO DO EDIFICIO CENTRO GALAICO**  
**ADVOGADO** : **DANIEL KONSTADINIDIS - PA009167**  
**INTERES.** : **CRISTINA NAZARÉ SIMÕES GUALBERTO**  
**ADVOGADO** : **HAMILTON RIBAMAR GUALBERTO - PA001340**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF contra acórdão do TJPA assim ementado (e-STJ fl. 175):

APELAÇÃO CÍVEL. CONDOMÍNIO. AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. PRELIMINARES. REJEITADAS. MÉRITO. DESPESAS EXTRAS NÃO ADIMPLIDAS. OBRIGAÇÃO PAGAR. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO MANTIDA.

1. Preliminar de *reformatio in pejus*. Inocorrência. Excepcionalmente, é possível a modificação do julgado por meio dos embargos de declaração, desde que ele seja omissivo, obscuro, contraditório ou tenha algum erro material, de forma que, a partir de sua integração, o fundamento desta acarrete, necessariamente, a alteração da decisão. No caso, havia omissão a ser suprida em relação ao pedido de condenação dos réus ao pagamento das taxas condominiais vincendas. E, nos termos do art. 290 do CPC, as cotas condominiais vencidas no decorrer da tramitação da ação incluem-se no débito, por se reputarem obrigações sucessivas e contínuas.

2. Preliminar de ilegitimidade passiva. Rejeitada. Restou comprovado nos autos que o apelante possui legitimidade ativa, na medida que o autor se desincumbiu do ônus de provar previsto no art. 333, I, do CPC. Nesse diapasão, incumbia ao réu, ora apelante, a comprovação de que não é responsável pelo pagamento dos aluguéis de sua ex-esposa, ônus do qual não se desincumbiu, a teor do que preconiza o disposto no art. 333, inciso II, do CPC.

3. Preliminar de cerceamento de defesa. Rejeitada. Inocorreu cerceamento de defesa, pois a parte apelante teve oportunidade para se manifestar a respeito de todos os documentos juntados pela parte autora. Ademais, quando ciente na Audiência de Conciliação que, após esta, os autos seriam conclusos à sentença, o apelante não se pronunciou sobre as provas que desejava produzir.

4. Mérito. Não concordando, o condômino, com as despesas extras de condomínio, deveria ter-se valido do instrumento hábil para tanto e não simplesmente deixar de pagar as taxas condominiais, causando grande prejuízo aos demais condôminos.

RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA.

Os primeiros embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 196/199). Os segundos foram providos (e-STJ fls. 216/222).

O recorrente, em suas razões (e-STJ fls. 224/231), sustentou, em síntese:

(a) prescrição intercorrente, ao argumento de que "há um lapso temporal de 68 meses entre o início da contagem do débito e o ajuizamento da ação, período fulminado

irremediavelmente pela prescrição intercorrente" (e-STJ fl. 226).

(b) ilegitimidade passiva, pois entende que "a ação de cobrança foi manejada contra o recorrente na qualidade de ex-marido na condômina, senhora Cristina Gualberto, de quem estava divorciado por ocasião da propositura da ação" (e-STJ fl. 227).

(c) cerceamento de defesa, "uma vez que o magistrado que conduziu o processo de conhecimento não possibilitou ao então requerido a oportunidade de produção de provas, proferindo sentença" (e-STJ fls. 230/231).

Contrarrazões às fls. 242/246 (e-STJ).

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ fls. 252/253).

É o relatório.

Decido.

Em relação às questões constantes do recurso especial, observa-se que não houve a indicação do dispositivo legal tido como violado, procedimento indispensável para confirmar a existência de afronta à lei federal, nos termos do art. 105, III, alínea "a", da CF.

Desse modo, a deficiência na fundamentação impede a exata compreensão da controvérsia.

Apresentada a questão nesses termos, conclui-se que o recurso encontra óbice na Súmula n. 284/STF.

A esse respeito:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. AUSENTE. SÚMULA 284/STF. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

- Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

- O recurso especial não pode ser provido quando a indicação expressa do dispositivo legal violado está ausente.

(...)

(AgRg no AREsp n. 142.779/RJ, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/6/2012, DJe 18/6/2012.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. NECESSIDADE DE EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. AFIRMAÇÃO DA CORTE DA ORIGEM NO SENTIDO DE AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO. INVIABILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ARGUMENTAÇÃO. QUESTÃO FEDERAL NÃO DECIDIDA NA CORTE DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.

(...)

2. Evidencia-se a deficiência na fundamentação recursal quando o recorrente não indica qual dispositivo de lei federal foi violado, bem como não desenvolve argumentação a fim de demonstrar em que consiste a ofensa aos dispositivos tidos por violados. Súmula nº

284 do Supremo Tribunal Federal.

3. O prequestionamento é requisito essencial para ultrapassar o juízo de admissibilidade do apelo nobre, de maneira que inviável a apreciação do recurso especial sobre questão federal que não foi objeto de decisão por parte do Tribunal a quo. Súmulas nºs 282 e 356, do Supremo Tribunal Federal.

(...)

(AgRg no REsp n. 1.232.231/RS, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 3/3/2011, DJe 21/3/2011.)

Ademais, é indispensável – mesmo no recurso interposto com base na alínea "c"

– indicar o dispositivo de lei federal objeto de interpretação diversa. Nesse sentido, o seguinte precedente da Corte Especial:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO LEGAL. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

5. Para demonstração da existência de similitude das questões de direito examinadas nos acórdãos confrontados "[é] imprescindível a indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido interposto pela alínea a quer pela c" (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Corte Especial, DJe 17/12/09).

6. Sem a expressa indicação do dispositivo de lei federal nas razões do recurso especial, a admissão deste pela alínea "c" do permissivo constitucional importará na aplicação, nesta Instância Especial, sem a necessária mitigação, dos princípios *jura novit curia e da mihi factum dabo tibi ius*, impondo aos em. Ministros deste Eg. Tribunal o ônus de, em primeiro lugar, de ofício, identificarem na petição recursal o dispositivo de lei federal acerca do qual supostamente houve divergência jurisprudencial.

7. A mitigação do mencionado pressuposto de admissibilidade do recurso especial iria de encontro aos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois criaria para a parte recorrida dificuldades em apresentar suas contrarrazões, na medida em que não lhe seria possível identificar de forma clara, precisa e com a devida antecipação qual a tese insculpida no recurso especial.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2013, DJe 17/3/2014.)

Diante do exposto, NEGOU PROVIMENTO ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator